

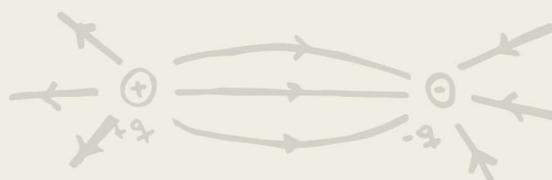
meSalva!



AS RELAÇÕES SOCIAIS NO CAPITALISMO



AFIXOS
CONTROLADO →
MENTE
SUFIXO
CAFETERIA
SINAL DE
REGULAÇÃO



MÓDULOS CONTEMPLADOS

- ✓ CAPT - Capitalismo
- ✓ GLOB - Globalização
- ✓ NLIB - Neo-liberalismo e Sociedade Controle
- ✓ DSMT - Relações de Produção no Capitalismo
- ✓ QAMB - Questão Ambiental
- ✓ CONS - Consumo, Ócio e Lazer



meSalva!



CURSO

EXTENSIVO 2017

DISCIPLINA

SOCIOLOGIA

CAPÍTULO

AS RELAÇÕES SOCIAIS NO CAPITALISMO

PROFESSORES

TIAGO LEMÕES



INTRODUÇÃO: UM OLHAR CRÍTICO SOBRE A SOCIEDADE

Quando você caminha pelas ruas do centro urbano da sua cidade, tudo o que você vê é igual? As pessoas são iguais? Usam as mesmas roupas, comem as mesmas coisas, entram e saem dos mesmos prédios, trabalham no mesmo lugar, moram em casas parecidas, falam e se comportam do mesmo jeito? Rapidamente, você diria: não! As pessoas são diferentes, ora bolas! Elas trabalham em lugares diferentes, não ganham os mesmos salários e não possuem a mesma educação e escolaridade. Nem todos têm acesso à mesma alimentação, às mesmas roupas e muito menos ao mesmo tipo de construção residencial. Aliás, as pessoas moram em territórios muito distintos uns dos outros. Alguns muito bonitos e cuidados, repletos de bons serviços públicos e privados; outros completamente abandonados pelo poder público, sem serviços básicos necessários à moradia e convivência digna.

Certo, nós estamos completamente de acordo com você: as pessoas são diferentes e habitam o mundo a partir dessas diferenças. Mas só isso explica a forma como vivemos hoje? Essa diferença apenas existe, assim, naturalmente?

Nós achamos que não. E não nos damos por satisfeitos com essa explicação quase natural do mundo. Acreditamos que você, curioso e inteligente que é, também quer ir além. É uma boa hora para lembrar do que estudamos na apostila de **Introdução à Sociologia**. Você se lembra das noções de **naturalização** da realidade e de **senso comum**? Tendemos a compreender o mundo a partir de explicações muito imediatas, sem muita crítica e reflexão. Agindo assim, reproduzimos pensamentos, conceitos e hábitos já enraizados na nossa sociedade, que naturalizam a realidade (como se as diferenças fossem naturais e imutáveis, por exemplo) e que podem nos levar ao reforço de muitos preconceitos. Chamamos isso de **senso comum**, por oposição ao **senso crítico**, estimulado pela sociologia, que nos ajuda a perceber como nossos pensamentos, ações e comportamentos são construídos no espaço e no tempo.

Agora, se adotarmos esse olhar crítico da sociologia, como explicaremos as observações que fizemos sobre o passeio pelo centro da cidade?

Vamos facilitar as coisas: imagine que você entra em um restaurante caro, onde há um buffet gigantesco, com comida em abundância e muitas pessoas bem vestidas consumindo. Na porta desse mesmo restaurante, no chão, uma mulher e duas crianças pedem dinheiro ou algum alimento que lhes forneça a força para mais um dia de batalha. Com certeza, essa cena é muito comum nos grandes centros urbanos nacionais e internacionais. Mas você já parou para pensar por que algumas pessoas podem comer e vestir-se bem, enquanto outras não conseguem adquirir o mínimo para se manterem vivas? Muitos responderiam: “as oportunidades existem para todos, basta se esforçar, levantar cedo, correr atrás dos seus objetivos e deixar de ser vagabundo e preguiçoso”. Já sabemos que essa explicação não nos serve, pois, enquanto senso comum, ela nos leva a colocar a culpa sobre a pessoa, o indivíduo, cegando nossos olhos para questões mais amplas, profundas e complexas.

Até aqui, já descartamos a ideia de que existem apenas diferenças entre as pessoas e seus modos de viver em sociedade. Também queremos nos afastar de uma compreensão muito

individualizante para explicar as diferenças, que ignora a história e as transformações sociais que ocorrem em uma dada sociedade. Agora, podemos chegar ao ponto que mais nos interessa: analisar e refletir sobre a sociedade capitalista, a sociedade em que todos vivemos, mas nem todos comem, estudam e trabalham, ou seja, nem todos satisfazem suas necessidades básicas.

Se vivemos em um mundo repleto de guerras, fome, violência e exploração, como podemos compreender as nossas relações nesse mundo? Mais especificamente, nos interessa questionar como chegamos até aqui e como as nossas vidas são determinadas por esse contexto, formado por extremas desigualdades no acesso à alimentação, saúde, educação, renda e outros tantos bens e serviços fundamentais.

O SURGIMENTO DAS DESIGUALDADES



Antes de entrarmos propriamente no tema específico a ser desenvolvido nesta apostila (**as relações sociais no capitalismo**), queremos explicar qual o caminho teórico que vamos seguir. Na apostila de **Introdução à Sociologia** você já aprendeu que, para analisar determinado fenômeno social, precisamos fazer um recorte da realidade e da teoria que nos ajudará na construção de nossa compreensão sociológica. Isso deve ser feito com honestidade, assumindo a nossa posição na escolha de um objeto e de uma teoria explicativa. Afinal, por mais que queiramos desconstruir o senso comum, o nosso olhar sempre será influenciado por nossas ideologias, valores e posicionamentos, não é verdade?

O pesquisador imparcial (que não possui ideologias, valores e ideais) é um mito. Na realidade, ele não existe. Daí a importância de sermos honestos e deixarmos sempre claro de qual lugar estamos falando e o quanto esse lugar (social e historicamente construído) tem a ver com as nossas escolhas teóricas e analíticas.

Como vamos analisar uma sociedade específica, e o tipo de relações que existem nela, é importante escolhermos a teoria social (ou as teorias) que melhor nos ajude a compreender essas relações, aquela que julgamos mais adequada. Na apostila de **Teoria Sociológica** você vai estudar com profundidade as principais teorias sociológicas (clássicas e contemporâneas), e verá que a sociologia criou um vasto conhecimento sobre o mundo em que vivemos, com muitas interpretações sobre as sociedades e os homens que nelas habitam, trabalham, estudam, e as transformam. Por agora, queremos mostrar rapidamente como a escolha de uma teoria tem a ver com certas ideologias ou formas de compreender e se posicionar no mundo. Também queremos escolher a nossa para compreender o capitalismo.

Geralmente, quando falamos em sociedade, é muito comum usarmos o termo “sistema social”. Assim, para alguns, a sociedade é um “sistema”, com uma estrutura interna específica. Mas afinal, o que é um “sistema”? Imagine o corpo humano, com cabeça, tronco, membros e órgãos internos (coração, pulmões, rins, fígado, estômago, etc.). Cada parte e cada órgão tem a sua função vital dentro do sistema corpo. Se você retirar o coração deste corpo humano, ele vai continuar vivo? Sabemos que não, pois os órgãos funcionam em dependência uns dos outros. Ora,

para os que entendem a sociedade como “sistema”, é assim mesmo que ela funciona: como um conjunto de elementos diferentes que formam uma estrutura na qual todos têm a sua função. Esse “sistema” é mais perfeito quanto mais as suas partes exercem as suas funções e permanecem no mesmo lugar. Algumas partes são mais importantes que as outras, mas todas possuem a sua existência indispensável. Por isso que ela é denominada de “teoria funcionalista”, ou seja, baseia-se na função de cada componente do “sistema social”.

Você já deve estar sacando onde queremos chegar, não é? A impressão que temos é que a teoria do “sistema social” entende a sociedade como uma coisa que não muda nunca, que não se transforma no tempo. Ela é assim, sempre foi assim e sempre será assim. Lembra do restaurante chique, com pessoas ricas em seu interior e pessoas pobres pedindo comida na porta? Essa situação poderia muito bem ser explicada pela função que cada pessoa exerce: mesmo os mais pobres ocupam uma posição fundamental para a manutenção desse sistema naturalmente desigual. Além do mais, a teoria do “sistema social” não nos dá espaço para pensar sobre o passado e sobre as possibilidades de futuro da nossa sociedade. Percebam que parece haver uma armadilha: se as coisas são assim, como sempre foram, então elas não devem mudar. Ou seja, essa teoria não nos permite questionar como essa sociedade se constituiu como tal, quais foram as razões e interesses de certos grupos que fizeram com que ela chegasse a ser o que é, quais são as possibilidades de transformação possíveis e como os diferentes grupos que a constituem se relacionam em um contexto de desigualdade.

Uma segunda teoria, ao contrário da primeira, se aproxima mais de nossos interesses de reflexão e questionamento, embora ela também tenha seus pressupostos e ideologias. A teoria dos “modos de produção” afirma que nenhuma sociedade se constrói a não ser a partir do que produz, ou seja, daquilo que permite a sua sobrevivência, da maneira como seus integrantes conseguem as coisas para comer, beber, vestir-se e morar. Assim como não há ninguém que consiga viver sem comer, não há sociedade que se mantenha sem produzir. Com essa teoria em mente, temos espaços para pensar historicamente, ou seja, podemos nos perguntar de que forma determinada sociedade se organizou para produzir. O modo como as pessoas adquirem o necessário para a sua sobrevivência é o que chamamos de “modo de produção”, que pode variar, no espaço e no tempo, conforme o modo como cada sociedade emprega a sua principal força para sobreviver: o **trabalho**. Não há sobrevivência, nem sociedade sem o trabalho. Ele é a força que transforma a natureza, altera o mundo social e cria relações sociais igualitárias ou de dominação e exploração.

Retomando: a forma como as diferentes sociedades do mundo surgiram ainda é um assunto muito discutido e debatido nas ciências em geral, mas um fator pode ser identificado como fundamental a todos os agrupamentos humanos: a produção para a sobrevivência. Isso significa dizer que todas as sociedades nasceram, cresceram e se complexificaram a partir do modo como conseguiram as coisas para viver. Mas como isso chegou a acontecer? Bem, as primeiras formações sociais eram de cooperação coletiva. Isso quer dizer que as pessoas cooperavam umas com as outras. Cooperavam como?

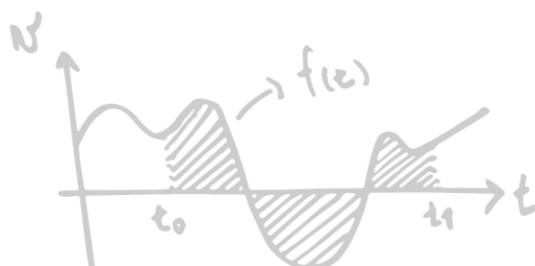
Imagine que você está perdido com seus amigos em uma floresta. Não há mais bateria nos celulares e, portanto, nenhum meio de comunicação para pedir ajuda. O que vocês fariam? Provavelmente, vocês se organizariam para conseguir comida e local seguro para dormir, dividiriam igualmente o alimento, a água e cuidariam dos doentes, de modo que todos ficassem

bem e protegidos ao máximo dos perigos do mundo natural. Entre vocês, não existiria os que comeriam mais e melhor e os que passariam fome. Unidos, as relações sociais estabelecidas seriam coletivas, pois todos teriam acesso aos recursos básicos para a sobrevivência e uns ajudariam os outros.

Para muitos estudiosos, foi mais ou menos assim que as sociedades surgiram e se transformaram, ao mesmo tempo alterando o espaço natural de acordo com suas ferramentas e capacidades coletivas. Esse processo de transformação da natureza também transforma a própria realidade, de modo que a sociedade também vai sendo alterada ao longo do tempo, mudando as suas relações. Os instrumentos vão sendo aprimorados, a agricultura vai sendo controlada, assim como o espaço geográfico vai sendo dominado pela ocupação territorial.

É importante que você entenda que nem todas as sociedades vivenciaram essas mesmas transformações de forma linear ou evolutiva, pois cada uma resolveu suas questões à sua própria maneira. Nas sociedades tribais, aqui entendidas como sociedades de caçadores e coletores ou até mesmo as de agricultores e coletores, é impossível analisar a questão do trabalho sem considerar que todas as tarefas relacionadas à produção e ao trabalho, não estão separadas das festas, das artes, do parentesco, da economia, da religião e de todos os ritos e mitos que constituem essas sociedades. O que é mais interessante é que, há tempos, os antropólogos têm mostrado que as sociedades tribais satisfazem todas as suas necessidades materiais e sociais com o mínimo de horas de atividades relacionadas à produção. Isso significa que se dedicar cerca de 3 a 5 horas diárias de trabalho não implica em uma vida de privações: trabalha-se o necessário para se ter o necessário. Além do mais, para muitas sociedades tribais espalhadas pelo mundo, é a terra, a natureza como valor cultural, quem presenteia o homem com o alimento. Portanto, o trabalho, para esses grupos, está em relação com todos os outros elementos da sociedade e também com o meio ambiente, através de um profundo conhecimento das plantas e dos animais, da forma como crescem e se reproduzem. Nenhuma dessas atividades pode ser entendida separadamente, pois o tempo é utilizado tanto para descanso e diversão, quanto para caçar, pescar, plantar e colher, além das cerimônias e rituais que, na maioria dos casos, englobam todas essas atividades.

O aspecto mais importante das sociedades tribais é justamente esse sentido de unidade que não permite que o trabalho se destaque como uma atividade específica, tal como a conhecemos hoje. É somente quando o que chamamos de “econômico” começa a se descolar do resto para se tornar uma área específica que as coisas começam a mudar. Foi o que aconteceu no continente europeu, quando algumas sociedades, para enfrentar momentos de escassez, criaram formas de armazenar água e alimento. Esse armazenamento precisava ser vigiado por outras pessoas para que ninguém mexesse ou tentasse se apropriar indevidamente. Perceba que aqui temos um primeiro distanciamento entre os que produzem e os que cuidam do que todos produzem.



Sociedades tribais

sobrevivência (trabalho)

- alteração do espaço e da natureza (COLETIVA)
- Totalidade: trabalho relacionado às outras atividades
- trabalho e produção apenas em quantidades necessárias

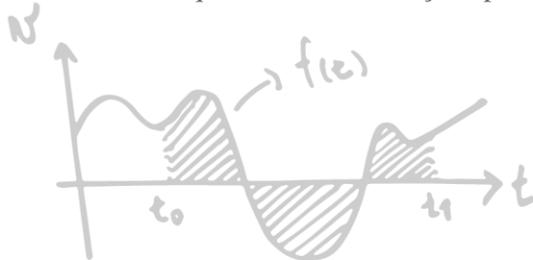
SOON

Sociedades desiguais

produção excedente (acúmulo)

- propriedade privada.
- trabalho separado das outras dimensões da vida social.
- desigualdade: alguns produzem e outros possuem os meios de produção.

Essa mudança, que teria acontecido no III milênio antes da Era Cristã, marcaria o surgimento de sociedades desiguais, quando algumas pessoas passam a ser proprietários dos bens produzidos por outras. Mas não é só isso. Aos poucos, essa separação ocorre também entre os que detêm os meios de produção (ferramentas, utensílios, matéria-prima, conhecimento) e os que não possuem nada além da força para trabalhar. Esse tipo de divisão social é a base do que chamamos de **sociedade capitalista**, marcada pela desigualdade entre as pessoas e também pelo que o pensador alemão Karl Marx chamou de **contradição**: até hoje, não se resolveu as necessidades humanas, mesmo que tenhamos condições para isso.



AS BASES DA SOCIEDADE CAPITALISTA

Ainda hoje, pessoas comem bem, pagam caro por comida e vestuário, enquanto outros precisam implorar para ter acesso ao básico, exatamente como tem feito a família que conhecemos na porta daquele restaurante. E isso parece acontecer porque, até hoje, algumas pessoas são proprietárias das ferramentas, das máquinas, da matéria-prima, do conhecimento e das técnicas necessárias para produzir riqueza, enquanto outras continuam a possuir apenas a sua própria força para trabalhar. Essa força de trabalho vem sendo cada vez mais excluída e desprezada, principalmente por causa da tecnologia que substitui progressivamente o homem pela máquina. Mas fique esperto: esse tipo de estruturação da realidade social não é novo e nem se restringe às sociedades estritamente capitalistas. Essa relação de desigualdade, permitida pela concentração da propriedade privada e dos meios de produção nas mãos de algumas pessoas, vem sendo elaborada e reestruturada ao longo do tempo.

Na sociedade greco-romana, por exemplo, havia uma separação entre o trabalho braçal na terra, o trabalho do artesão e a atividade do cidadão que discutia política e democracia. Essa divisão ganha sentido quando consideramos a questão do trabalho e da escravidão no mundo greco-romano: tanto os trabalhadores braçais quanto os escravos viviam oprimidos pelos senhores e proprietários, que eram detentores não só da terra, das ferramentas, mas também dos corpos daqueles que os serviam. Essa relação de dominação era fundamental para que os cidadãos tivessem suporte material para participar das discussões políticas sem precisar viver de seu próprio suor.

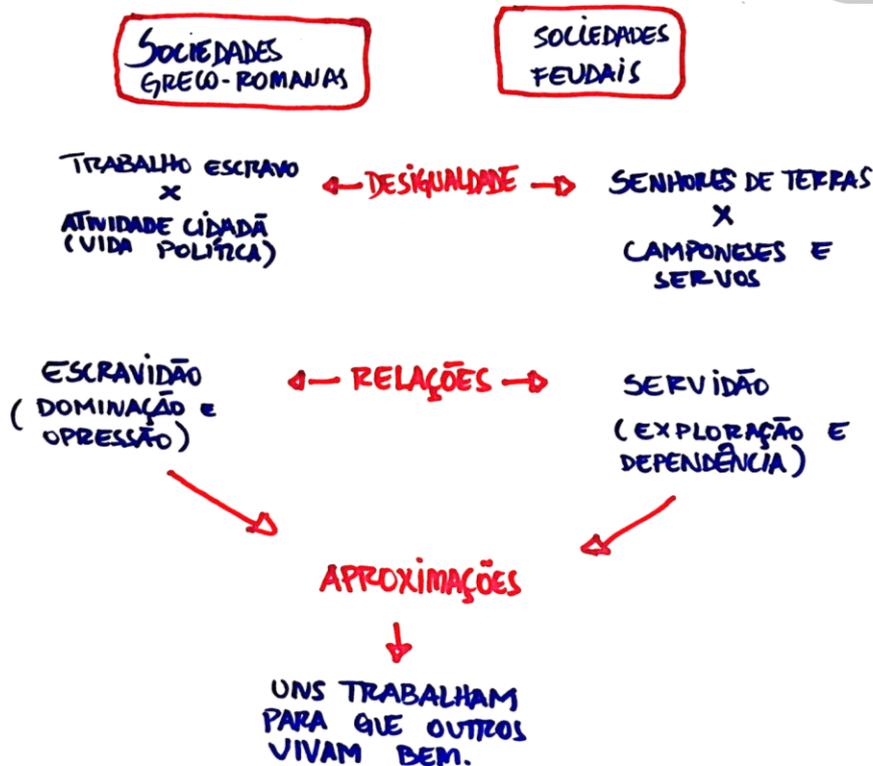
Ainda na Europa, essas relações sofreram alterações significativas com as constantes rebeliões de escravos, a invasão de povos considerados “bárbaros” e a expansão do colonato (sistema no qual grandes proprietários cediam suas terras para pessoas pobres que, em troca, deveriam ceder parte da produção ao proprietário). Temos, assim, a queda do imenso Império Romano e a consolidação gradativa da sociedade feudal, estruturada em uma economia agrícola e em relações de servidão entre o senhor de terras (antigo chefe das tribos “bárbaras”) e o camponês, que deveria produzir para si e para o verdadeiro proprietário de todos os meios de produção. Nessa relação de servidão, os trabalhadores ocupavam as terras, mas não eram proprietários de nada, sendo obrigados a trabalhar na propriedade dos senhores e pagar tributos sobre a terra e a produção. É por isso que esse período da Idade Média se caracterizou por uma economia ruralizada e pela concentração dos poderes jurídicos, econômicos e políticos nas mãos dos senhores feudais, que eram os proprietários de tudo. A igreja católica (que arrecadava dízimos e não pagava impostos) também era muito poderosa e, com o poder espiritual, influenciava o modo de pensar e os comportamentos da época. O seu poder também era econômico, pois também possuía grandes extensões de terra onde muitos servos também trabalhavam.

Precisamos lembrar que também existiam outras formas de trabalho no sistema feudal, como o artesanato, ainda que o trabalho na terra fosse o principal. A organização do artesanato nas cidades ocorreu pela associação de trabalhadores que dominavam diferentes ofícios, mesmo se o comércio fosse uma atividade muito fraca e restrita a alguns pequenos aglomerados urbanos. Aquelas associações eram conhecidas como corporações de ofício, onde um mestre controlava o trabalho dos artesãos, encarregado de pagar os direitos ao senhor feudal. Em seguida vinha o

oficial, uma espécie de gerente, que fixava o tempo diário de trabalho e a remuneração, além de transmitir o conhecimento do mestre aos aprendizes, que eram jovens entre 12 e 15 anos situados na base da hierarquia da corporação.

Como podemos notar, quem realmente trabalhava eram as classes servis, enquanto os senhores feudais e a igreja viveram do trabalho alheio por mais de 10 séculos de sistema feudal. Sabemos, no entanto, que a história e a cultura são processos dinâmicos, em constante transformação, e que nada é eterno na história das sociedades. Com o tempo, tudo isso desmoronaria.

Veja que interessante: a “teoria dos modos de produção” nos ajuda a entender o processo histórico que está por trás daquela cena em que ricos comem bem e pobres imploram por comida. Das sociedades greco-romanas ao feudalismo, as relações de escravidão, dependência e servidão nos contam que uns trabalhavam para que outros vivessem sem muitos esforços braçais.



Mas e hoje, qual a nossa relação com o trabalho? O que muda quando tentamos entender o modo como vivemos numa sociedade capitalista? O valor e os significados atribuídos às relações são os mesmos? Para respondermos essas questões, precisamos entender a definição de capitalismo e o seu processo histórico de constituição. Embora você já saiba como se formaram as suas bases e o seu aparecimento, como o conhecemos hoje, este foi um processo muito lento, influenciado por transformações no campo da religião, da política e da economia. Vejamos mais de perto como isso tudo aconteceu.



A EMERGÊNCIA DO CAPITALISMO

Podemos dizer que o capitalismo se constituiu historicamente na Europa ocidental, mais especificamente na Inglaterra, um dos países onde as relações capitalistas se desenvolveram mais rapidamente. Mas quais foram as condições que propiciaram o seu surgimento?

A crise da sociedade feudal é um bom caminho para encontrarmos a resposta. No século XIV, muitas coisas atrapalharam o relativo sossego das aldeias feudais. Muitas chuvas destruíram as colheitas em quase toda a Europa, o que provocou uma fome generalizada que matou milhares de pessoas, sem falar na Peste Negra, que também matou muita gente. Não podemos esquecer da Guerra dos Cem Anos (1337-1453), principal e mais sangrenta guerra da Idade Média, que colocou os reinos da Inglaterra e da França um contra o outro, numa disputa centenária por domínios territoriais e por poder político e econômico, sendo considerado pelos historiadores como um evento que marcou a consolidação das monarquias nacionais inglesa e francesa.

A verdade é que todos esses acontecimentos fizeram com que a população europeia diminuísse muito. De acordo com muitos estudiosos, morreram cerca de 40% do total daquela população. Isso significou uma grande redução na principal força de trabalho na terra dos senhores feudais: os servos e camponeses. A consequência foi o aumento da exploração por parte dos senhores, que passaram a cobrar mais impostos e exigir mais tempo de trabalho para compensar a ausência dos que haviam morrido, sem se importar com as péssimas condições de vida dos que sobreviveram. Não demorou muito para que, no final do século XIV, muitas revoltas e insurreições camponesas contra o aumento da exploração se espalhassem pela Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Flandres e Espanha. Esses movimentos foram violentamente reprimidos e outros conseguiram algumas conquistas. Muitos camponeses continuaram resistindo passivamente, deixando de pagar os impostos ou adiando as dívidas. Aquela estrutura de dominação não aguentaria muito tempo a partir disso. Era o fim do modo de produção feudal.

Diante das revoltas camponesas, os servos foram liberados para comercializar seus excedentes nas cidades, produzindo agora nas terras arrendadas a eles pelos proprietários. Essa mudança tem a ver com o renascimento do comércio, provocado pelo surgimento de uma classe de comerciantes e artesãos que comercializavam seus produtos nos burgos, uma espécie de povoamento urbano que se desenvolveu paralelamente ao declínio das propriedades feudais (os feudos). Esses espaços de comércio cresceram por causa das trocas que eram realizadas entre um feudo e outro. Os produtores levavam seus produtos até o burgo, uma fortificação localizada dentro de um feudo, para trocar ou vender seus produtos. Você lembra dos mestres e artesãos das corporações de ofícios? Eram eles os principais comerciantes desses locais e, com o tempo, foram crescendo em poder econômico até formarem uma nova camada de mercadores enriquecidos, a burguesia (que vem de burgo), em busca de maior prestígio social correspondente à sua crescente opulência material.

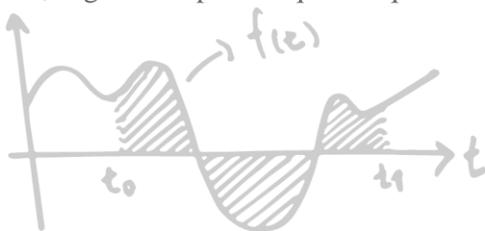
Essas transformações foram necessárias para que algumas pessoas conseguissem acumular riquezas e investir na fabricação de mercadorias em outra escala de produção, voltada unicamente para vender no mercado. Esse processo é conhecido pelos historiadores como

acumulação primitiva do capital. Perceba o que estava acontecendo: comerciantes que acumularam riquezas começaram a aplicar o seu capital, financiando e organizando a produção de mercadorias através da organização do processo de trabalho dos artesãos. Se prestarmos um pouco mais de atenção, veremos o quanto isso é importante: se antes, nas “corporações de ofício”, os artesãos ensinavam e aprendiam sob a supervisão de um mestre, comercializando o que produziam, agora eles estão a serviço de quem financia a produção, fornece a matéria-prima, as ferramentas e decide quantas horas por dia eles devem trabalhar. É partir desse momento que o trabalhador vai perdendo tudo o que possui para ficar apenas com a sua força de trabalho.

Rapidamente a manufatura ganha força como uma segunda forma de organizar o trabalho nas corporações de ofício. O que muda na manufatura é que as tarefas começam a ser divididas. Se antes um artesão fazia um sapato, agora ele prepara a sola, o outro produz a parte da frente, outro ainda confecciona a parte de trás, até que, ao fim, se tenha um sapato feito por todos, mas por nenhum em particular. Nessa nova divisão do trabalho, o trabalhador não possui mais o entendimento de como um produto é feito. Ele não é mais artesão. Ele é trabalhador. Ou seja: ele já não é dono da matéria-prima, das ferramentas e agora já não detém nem o conhecimento do processo de produção. Já não sabe mais como fazer um sapato. Tudo o que ele tem é justamente a sua própria força de trabalho, que se transforma na única mercadoria que ele pode vender.

As inovações tecnológicas que foram incrementadas ao longo do século XVIII abriram uma nova fase no capitalismo. Na Inglaterra, a máquina de fiar, a máquina a vapor e o tear mecânico trouxeram um grande impacto na produção têxtil, fenômeno que ficou conhecido como revolução industrial. Os músculos humanos e a força animal foram, aos poucos, substituídos pela energia a vapor. Também foram descobertas maneiras mais poderosas de obtenção e utilização de matérias-primas. A transformação de terras comuns em propriedades privadas aumentou a produção de pastagens para criação de ovinos que forneciam a lã e expulsou os camponeses para os centros urbanos. Nas cidades, essas famílias passaram a viver na miséria extrema, tornando-se disponíveis para qualquer tipo de trabalho, não importasse o quão baixo fossem os salários ou o quão longa fosse a jornada de trabalho. Também foram descobertas maneiras mais poderosas de obtenção e utilização de matérias-primas. Por fim, os trabalhadores e a produção foram agrupados em um único local: a **fábrica**. Entrávamos, assim, no período da maquinofatura e do **capitalismo industrial**.

Tudo isso revolucionou não só o modo de produzir mercadorias, mas também a forma como o trabalhador se relacionava com a produção. Já vimos que na manufatura (predominante no capitalismo comercial), as tarefas foram divididas, de modo que nenhum trabalhador pudesse conhecer todas as etapas da produção. Com as inovações tecnológicas, o trabalhador apenas alimentava a máquina e regulava o seu funcionamento, de modo que a força de produção se encontrava fora dele. Não eram mais as ferramentas que serviam ao trabalhador. Era ele que agora servia à máquina, que o dominou e lhe ditou o ritmo de trabalho, impondo-lhe uma rotina monótona, regular e repetitiva que enriquecia cada vez mais os capitalistas.



LIBERALISMO, ESTADO SOCIAL E NEOLIBERALISMO

Fora desse contexto específico de mudança nas formas de produzir, outras coisas aconteceriam com maior intensidade no campo das ideias e das tecnologias de exploração capitalista. Com o desenvolvimento da navegação, novos centros comerciais vão se constituindo. Tempos depois, outros fatores aceleraram a expansão comercial: o tráfico de escravos africanos, a invasão e pilhagem de ouro nas Américas, a exploração das colônias e a guerra entre as nações europeias por maiores tributos e protecionismos alfandegários. Era um momento de escassez de metais preciosos na Europa, o que ameaçava as demandas comerciais. Além disso, a riqueza de uma nação era medida pela quantidade de metais preciosos acumulados.

Essa fase do capitalismo, que se estendeu até o século XVIII, ficou conhecida como **mercantilismo**, ou **capitalismo comercial**, um período no qual as principais nações europeias exploravam terras ultramarinas buscando acumular riquezas através do comércio de especiarias e matérias-primas não encontradas em solo europeu. O mercantilismo também representou ideias políticas e econômicas características do período. A principal era a de que o Estado, na figura do monarca absolutista, decidia os rumos da economia, ou seja, era um Estado intervencionista, que controlava o consumo interno, a produção, a entrada e saída de produtos, impondo normas rígidas para defender seus interesses.

A partir do século XVIII, o mercantilismo passou a ser fortemente contestado por pensadores iluministas que defendiam que a riqueza de uma nação não deveria ser medida pela quantidade de metais, mas sim pela quantidade e qualidade dos bens disponíveis aos cidadãos. Essas ideias, que tiveram maior expressão nos escritos do filósofo Adam Smith, defendiam que o Estado não deveria interferir no mercado, limitando-se apenas a garantir a lei, a ordem e a defesa da nação, deixando que a economia se autorregulasse (essa ideia ficou conhecida como “teoria da mão invisível”: uma mão que regularia o mercado sem a ajuda de nenhuma instituição estatal).

Nos estudos da disciplina de história, você já ouviu falar ou leu algo sobre a expressão “laissez faire, laissez passer”? Do francês, significa “deixai fazer, deixai passar”. Era um lema dos que defendiam a total liberdade econômica. Essa liberdade era também individual e valorizava a iniciativa e a livre concorrência entre os indivíduos. Para Adam Smith, cada pessoa, ao trabalhar, estaria contribuindo para o seu aprimoramento e progresso, melhorando suas condições de vida e contribuindo para o bem-estar de todos. Para ele, o trabalho era a verdadeira fonte de riqueza. Essas noções de livre-concorrência, liberdade de mercado, não-intervenção do Estado e trabalho como fonte de riqueza foram as bases do liberalismo econômico, que substituiu o mercantilismo pela ideologia do individualismo, da propriedade privada, e da liberdade e autonomia individuais.

Essas ideias liberais começaram a ser derrubadas já no final do século XIX, quando a concorrência entre indivíduos e empresas chegou no seu limite. Poderíamos até imaginar o cenário: muitas empresas enriquecendo e dominando o campo de disputa por mercado, enquanto firmas menores perdem espaço e vão à falência. Essas empresas maiores e mais fortes começaram a se fundir umas com as outras e a comprar as menores, provocando uma enorme concentração de renda nas mãos de poucas empresas dominantes. Não demorou muito para que essa disputa entre grandes empresas se transformasse em um conflito armado entre países, que se digladiavam

por matéria-prima e mercado consumidor. Essas disputas, realizadas principalmente por nações européias, deram origem à Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

Parecia cada vez mais impossível manter uma forma de organização social sem a intervenção do Estado na economia, como defendiam os liberais. Prova disso foi a emergência de duas novas formas de organização estatal na primeira metade do século XX: o Estado soviético e o Estado fascista. O soviético, implantando pela Revolução Russa (1917), caracterizou-se pelo enfrentamento das condições precárias dos trabalhadores, pela centralização política do Estado e pela propriedade socializada e coletiva como base da economia. Já o Estado fascista, era capitalista e mantinha a propriedade privada como um de seus fundamentos. Politicamente, o fascismo fundamentava-se na autoridade do líder da nação e na ideia de comunidade nacional. Todos que não fizessem parte dessa comunidade eram inimigos inferiores que deveriam ser eliminados. Foi a expansão militar do fascismo italiano e do nazismo alemão, tanto para o norte da África quanto para outros países europeus, que ocasionou a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Após essa grande guerra, os fascistas foram derrotados e os vitoriosos formaram dois grandes blocos economicamente diferentes: os capitalistas, liderados pelos EUA, e os socialistas, liderados pela União soviética. Pela força da globalização e por problemas internos, o modelo soviético de Estado começou a ruir na década de 1980, embora essa forma de organização estatal tenha se mantido, com algumas diferenças, em países como Cuba, Coreia do Norte, China e Vietnã.

Os países do bloco capitalista, por sua vez, mantiveram a estrutura do Estado Liberal, mas realizaram algumas mudanças na principal característica desse modelo estatal: a não intervenção na economia. Buscando construir a economia ocidental com a intervenção direta do poder público na regulação do mercado, esse modelo ficou conhecido como **Estado de bem-estar social**, ou apenas **Estado social**, sendo adotado nos EUA e em vários países europeus. Visando teoricamente o bem-estar da população, suas principais características são: redistribuição de renda, investimento em obras públicas, subsídio e regulação das atividades econômicas e garantia de moradia digna, educação, saúde, transporte público, trabalho e previdência. Para muitos estudiosos, esse modelo estatal pretendeu dar as condições necessárias para que a população se tornasse consumidora, o que manteria a produção capitalista sempre em alta. Era como se o Estado tivesse entrado no meio de campo para pintar as arquibancadas, reformar as traves, trocar as redes, cortar e regar o gramado para que o jogo pudesse recomeçar com mais eficiência, sem alterar, no entanto, o fato de que um time é muito mais forte e potente que o outro.

A partir de 1970, novas mudanças ocorrem na organização estatal. A crise do petróleo mostrou que o capitalismo enfrentaria novos desafios. Na Europa e nos EUA, o desemprego crescia muito rápido. Ao mesmo tempo que as empresas multinacionais precisavam se expandir, aumentava a dívida dos países em desenvolvimento, assim como cresciam os movimentos grevistas em quase todos os países europeus. Muitos analistas explicam que essa crise foi provocada pelos gastos do Estado com políticas sociais (moradia, saúde, educação pública, etc.), que geravam mais impostos e aumentavam a inflação. Com essa explicação, defendia-se que o bem-estar dos cidadãos deveria ser uma responsabilidade deles, que deveriam pagar pelos serviços utilizados, ou seja, era preciso privatizar os direitos garantidos pelo Estado. Era um claro retorno ao liberalismo clássico (aquele da “mão invisível”, lembra?), processo que ficou

conhecido como Estado neoliberal e que teve maior expressão no governo e Margareth Thatcher (1979 a 1990), na Inglaterra, e de Ronald Reagan (1981 a 1991), nos EUA.

O mais interessante dessa fase neoliberal é que o Estado não deixou de intervir na vida política e econômica, como queriam os seus idealizadores. Enquanto os setores marginalizados da sociedade foram prejudicados com cortes em políticas de assistência, habitação, direitos trabalhistas, etc., o Estado manteve investimentos altíssimos no setor militar, nas grandes empresas e no sistema financeiro. Isso significa que as ações estatais começam a ser dominadas e definidas por grandes corporações produtivas e financeiras, fazendo com que as questões políticas fossem dominadas pelos interesses da economia e do lucro. Portanto, o neoliberalismo não quer dizer que o Estado deixa de intervir, mas sim que, na sua intervenção, ele passa a privilegiar e investir em outros grupos (os que são formados pelos detentores do capital) e não mais as pessoas em vulnerabilidade social.



ESTADO LIBERAL

NÃO INTERFERE NA ECONOMIA

LIVRE CONCORRÊNCIA

INDIVIDUALISMO

ESTADO SOCIAL

INTERFERE NA REGULAÇÃO DO MERCADO

INVESTI EM POLÍTICAS SOCIAIS

REDISTRIBUIÇÃO DE RENDA

ESTADO NEOLIBERAL

PRIVATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

ESTÍMULO À CONCORRÊNCIA E EMPREENDEDORISMO

INDIVÍDUO É RESPONSÁVEL POR SEUS SUCESSOS E FRACASSOS

MAIS RICOS SÃO PRIVILEGIADOS



NA FÁBRICA: AS FORMAS DE EXPLORAÇÃO E CONTROLE

Por tudo o que já vimos até aqui, podemos dizer que a emergência do capitalismo ocorre juntamente com o surgimento do trabalhador assalariado (que recebe um salário por empregar a sua força de trabalho em um produto que não é seu e do qual ele não terá nenhum lucro). Capitalista e trabalhador assalariado são, portanto, indissociáveis. Podemos inclusive afirmar que o trabalho assalariado, a propriedade privada e a divisão social do trabalho definem as sociedades capitalistas, deixando cada vez mais nítido aos nossos olhos as formas contraditórias de exploração do trabalhador.

Mas de onde vem essa ideia de exploração? Alguém poderia questionar isso, dizendo que existe uma relação entre iguais, ou seja, uma relação entre proprietários de mercadorias que ocorre a partir da compra e venda da força de trabalho. Mas essa suposta igualdade é apenas aparente. Você já ouviu falar em “**mais valia**”? Pois é... essa noção é uma chave para entendermos como a relação de exploração ocorre a partir do capitalismo industrial até hoje, de variadas formas. Pelas palavras do sociólogo Nelson Tomazi, vamos para o interior de uma fábrica para buscar maiores esclarecimentos. Na página 57, do livro *Iniciação à Sociologia* (1993), ele diz o seguinte:

“O trabalhador, ao trabalhar em uma empresa, está dizendo ao seu proprietário que se dispõe a trabalhar, por exemplo, oito horas diárias, ou quarenta horas semanais por um determinado salário. [...] O que ocorre, na realidade, é que o trabalhador, em cinco ou seis horas de trabalho diárias, por exemplo, produz um valor que corresponde ao seu salário total, sendo que o valor produzido pelas horas restantes é apropriado pelo capitalista, o que quer dizer que, diariamente, o empregado trabalha duas horas de graça para o dono da empresa. O que se produz nessas duas horas a mais chama-se mais-valia.”



Como você pôde ver, a mais-valia corresponde às horas trabalhadas e não pagas. Ela é o lucro que sobra depois de pagas todas as despesas. Vejamos de uma forma mais simples: o dono de uma fábrica vende um armário por 1500 reais. Vamos supor que para fazer esse armário, um operário gaste 8 horas e receba 50 reais por esse tempo de trabalho. O material utilizado custa 400 reais. Impostos, água e luz totalizam 200 reais. O total destes gastos, para o empregador, é de 650 reais por armário, sobrando-lhe um lucro de 850 reais. Você deve ter percebido que, se o empregado trabalha 6 horas por dia e ganha 50 reais por dia, e em um mês ele recebe cerca de 1300 reais, em menos de dois dias de trabalho ele já produz o valor referente ao seu salário mensal. São essas horas trabalhadas de graça que permitem o acúmulo de capital, o lucro e o enriquecimento do dono da fábrica. É por isso que chamamos isso de uma relação de dominação e exploração, pois embora o trabalhador venda a sua força de trabalho, ele não tem nenhum lucro: Ao contrário, a sua força é explorada ao máximo, sendo que aquilo que ele ganha permite apenas que ele reponha essa força para continuar sendo explorado. O trabalho é claramente uma mercadoria.

Para o pensador Karl Marx, é partir do momento em que os trabalhadores percebem essa exploração que os conflitos entre patrões e operários nos permitem a compreensão de que o antagonismo de classes é inerente à sociedade burguesa. A divisão do trabalho, a desigualdade entre os detentores dos meios de produção e os trabalhadores e a percepção da exploração criaram, para Marx, duas classes sociais em luta constante: a burguesia (que detém o capital, ou seja, o lucro obtido da exploração) e o proletariado (que vive do trabalho assalariado). Novamente, você pode questionar: mas vivemos apenas nessa polaridade entre duas classes? E você teria razão nesse questionamento. Na verdade, essas duas classes são fundamentais, mas entre elas existe uma diversidade social e cultural enorme, com classes médias e intermediárias que precisam ser consideradas quando se pretende realizar uma análise sociológica da realidade social.

Não podemos esquecer, no entanto, que muita coisa mudou ao longo do século XX e essas mudanças também afetaram a forma de organização do trabalho. A principal alteração foi realizada pelo **fordismo**, em referência a Henry Ford, que em 1914 implantou, em sua fábrica de automóveis, um modelo de produção em série para consumo em massa, que seria seguido por muitas outras indústrias. Esse modelo estabelecia uma jornada de 8 horas de trabalho por 5 dólares ao dia, o que na época permitiria tempo livre para que o trabalhador suprisse todas as suas necessidades e inclusive adquirisse um automóvel na empresa. Que maravilha, você não acha? Só que não! Inspirado nas ideias de Frederick Taylor (1865-1915), para quem organização do trabalho a partir de princípios científicos aumentaria a produtividade, Henry Ford passou a adotar o uso mais racional possível das horas trabalhadas, controlando intensamente cada passo e atividade dos trabalhadores, mecanizando a maioria das atividades e implantando um sistema de recompensas e punições de acordo com o comportamento do operário no interior da fábrica.

Assim, o fordismo desenvolveu um sistema de planejamento para aprimorar e controlar a execução de tarefas, criando um setor específico que ficou conhecido como “administração de empresa”, que comandava, dava ordens e mantinha a hierarquia e a impessoalidade nas relações. Não interessava mais a capacidade ou especialização dos operários, mas sim o sucesso do planejamento de ordens e supervisão que vinham de cima. O maior objetivo desse processo era transferir para as mãos da gerência o controle da produção, tirando do trabalhador a capacidade de operar uma máquina, pois agora ele a operava conforme os administradores queriam. Estava

concluída a expropriação ao máximo dos trabalhadores que, sem autonomia, dependiam dos gerentes e administradores.



Para evitar conflitos que poderiam resultar desse sistema de organização da produção, o professor norte-americano, Elton Mayo (1880-1924), desenvolveu medidas que garantissem o equilíbrio e a colaboração no interior das empresas. Entram em cena os especialistas em resolver conflitos, como psicólogos, sociólogos, assistentes sociais, dedicados a criar uma atmosfera de apoio e segurança entre os trabalhadores que, por isso, deveriam trabalhar unidos como parte de uma comunidade à qual pertenciam. Essa ideia se tornou dominante em todos os tipos de empresas, espalhando suas concepções para vários setores como escolas, famílias, clubes, igrejas e instituições estatais. Assim, o fordismo-taylorismo teria penetrado em todas as organizações sociais buscando o máximo controle e eficiência das pessoas.

“O SOL NÃO NASCE PARA TODOS”: DESIGUALDADE E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

Agora já não é mais novidade para você que o capitalismo se constituiu a partir de relações de exploração de uma classe sobre a outra, e que tanto os Estados sociais quanto os neoliberais das sociedades capitalistas se consolidaram para solucionar as crises do próprio sistema capitalista. É a dinâmica de luta entre duas classes principais, que nos permite entender as desigualdades que nos atingem até hoje. Essas desigualdades se expressam na apropriação da riqueza (renda e propriedade privada); no poder político concentrado geralmente nas mãos dos



que possuem grande poder econômico; no acesso desigual à educação e ao conhecimento e a outros bens culturais. Enfim, a desigualdade é constitutiva da sociedade capitalista, uma vez que o seu principal fundamento é a concentração das riquezas geradas pela sociedade nas mãos de elites econômicas, financeiras e políticas.

No século XX, os avanços científicos e tecnológicos transformaram a produção mundial, o que poderia ter diminuído as desigualdades sociais, mas, na realidade, não aconteceu. A fome no mundo não parou de crescer. Certamente nos espantamos ao saber que, em 2012, mais de 900 milhões de pessoas foram vítimas da fome crônica. A falta de alimentos e a desnutrição foram responsáveis por mais da metade das mortes de crianças menores de cinco anos, apesar de existirem no mundo os recursos suficientes para satisfazer as necessidades de toda a humanidade.

Mas as desigualdades não se manifestam apenas no acesso ao alimento, embora elas sejam mais fáceis de serem percebidas em situações extremas de pobreza e miséria. No Brasil, por exemplo, muitos estudos mostram que 1% dos mais ricos detém 27% de toda riqueza nacional. No âmbito da política, sabemos, por exemplo, que grandes empresários e proprietários de terras possuem muita força nas decisões do governo sobre políticas de direitos territoriais ou sobre qualquer medida que aponte para a reforma agrária.

Além disso, as desigualdades envolvem questões de gênero, de raça e cor da pele. Para se ter uma ideia, em 2005 a Organização das Nações Unidas (ONU) publicou um relatório, argumentando que: metade da população feminina não tem emprego; dois terços dos analfabetos no mundo são mulheres; no mercado de trabalho, as mulheres ganham salários menores que os homens, mesmo exercendo as mesmas funções e possuindo nível educacional superior; a violência, principalmente sexual, atinge uma a cada três mulheres no mundo. O recorte racial também é assustador. De acordo com o Mapa da Violência no Brasil (2014), ao longo dos últimos 10 anos, a taxa de homicídios de jovens negros teve um aumento de 38% no Brasil e, só em 2014, do total dos 30 mil homicídios de jovens, 23 mil foram perpetrados contra pessoas negras. Além de viverem cotidianamente um processo de criminalização e extermínio, as negras e negros brasileiros são de longe os mais prejudicados quando o assunto é acesso à cidadania e aos espaços e poder e decisão política.

O sociólogo Max Weber defende que as desigualdades na sociedade capitalista são de ordem econômica (posses, bens e renda), social (prestígio de certos grupos em relação à profissão ou estilo de vida) e política (poder nas relações de dominação). O interessante de seu pensamento é que as pessoas podem ter posses e rendas, mas não ter nenhum poder político ou estilo de vida prestigioso. Outras podem ter poder nas relações de dominação, mas não podem possuir uma renda equivalente a essa posição. Outras ainda podem ter prestígio, como os cientistas e pesquisadores, mas não possuem nenhuma renda. Com estes argumentos, Weber nos ajuda a entender que uma pessoa com renda e prestígio pode encontrar barreiras específicas se ela for negra, mulher, homossexual ou qualquer outra categoria considerada inferior dentro das hierarquias sociais, sexuais e raciais.

Para além dessas questões, também temos que olhar para os fenômenos que nos mostram uma situação bastante sombria para os trabalhadores de hoje. A automação (funcionamento por dispositivos mecânicos) que elimina o trabalhador do controle manual, exige que as pessoas estejam disponíveis para se adaptarem às mais variadas funções, caso contrário são facilmente despedidas. Essa situação cria uma incerteza e uma insegurança enorme, o que caracteriza o que



chamamos de flexibilização nas formas de trabalho, quando o empregado regular, com contrato e carteira assinada, é substituído pelo trabalho autônomo, temporário, por curto prazo e terceirizado, provocando rotatividade da força de trabalho, ou seja, de pessoas que entram e saem de um mercado de trabalho altamente precário e que não garante nenhum direito.

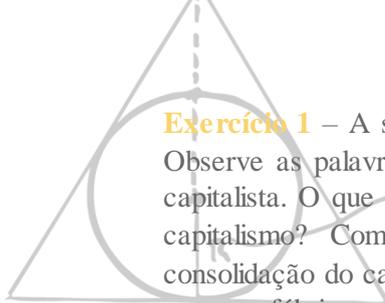
Estaríamos diante de uma nova realidade na qual o trabalho já não significa nenhuma segurança. Mesmo os que possuem algum emprego estão sendo ameaçados ou invalidados por vários motivos, por terem idade avançada ou não terem qualificação profissional; pela constância do desemprego, só existem vagas em trabalhos instáveis e de curta duração; pela escassez de postos de trabalho; pela exigência de qualificação para um emprego, o que cria situações sem solução, exigindo experiências de jovens que, se não tiverem chance, jamais terão essa experiência. Jovens ficam pulando de estágio em estágio, de bolsa em bolsa, sem esperanças de fixação em um posto de trabalho que também garanta direitos sociais.

Apesar de tudo isso, existem ideologias que defendem a ideia de que, se a principal marca do capitalismo é a desigualdade, também é preciso considerar a mobilidade social. A ideia de mobilidade social se explica basicamente pela possibilidade que um indivíduo possui de “vencer na vida”. O problema é que as barreiras para que uma pessoa consiga mudar a sua condição social não são abertamente declaradas, mas estão escondidas nas interações sociais. Os dados que já mostramos acima revelam a ilusão das facilidades da mobilidade social. Por exemplo, como é possível que todas as pessoas possam ascender socialmente, se as mulheres com o mesmo nível de escolaridade ganham menos que os homens? Mesmo assim, é comum assistirmos nos noticiários as histórias de pessoas em situação de rua que entraram na universidade, de filhos de catadores de materiais recicláveis que passaram em concursos públicos ou de empregadas domésticas que por anos juntaram dinheiro e conseguiram comprar uma casa própria. Esses exemplos, glorificados pela mídia, espalham a ideia de que todo o indivíduo competente pode vencer na vida através de uma dedicação que só depende dele, da sua vontade e do seu empenho próprio, pois todos teriam a mesma oportunidade. Esse discurso esconde o fato de que a desigualdade é reproduzida cotidianamente e também está presente nas classificações históricas e sociais que compreendem os negros, as mulheres, os imigrantes, os homossexuais, etc., como seres inferiores e naturalmente desqualificados para exercer certas atividades e ocupar espaços de poder.

Desde o início da apostila, entramos em contato fictício com uma família, mãe e filhos, que pediam comida na porta de um restaurante luxuoso. E agora, depois de tudo o que aprendemos, como fica a discussão? As oportunidades existem para eles? Eles estão nessa situação porque não se empenharam em mudar de vida? Ou eles são a expressão das contradições inerentes à sociedade capitalista, desigual e repleta de privilégios aos detentores das riquezas do mundo? Aliás, nem sabemos se aquela família era composta por pessoas negras, o que explicaria com mais força o motivo pelo qual aquela mãe não encontrou saída a não ser pedir comida nas ruas, enquanto do outro lado da cidade, em bairros nobres, muitas pessoas nascem, crescem e morrem numa condição repleta de privilégios. Definitivamente, o sol não nasce para todos.



PARA REFLETIR:

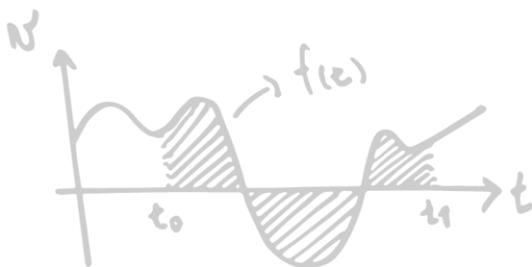


Exercício 1 – A seguir você encontra a letra de uma música escrita em 1975. Observe as palavras sublinhadas e reflita sobre alguns aspectos da sociedade capitalista. O que as palavras nos dizem? Elas podem nos contar a história do capitalismo? Como? Considere em suas reflexões as consequências da consolidação do capitalismo na vida das pessoas em seus cenários de trabalho, como as fábricas. Discuta isso com algum colega, amigo ou familiar.

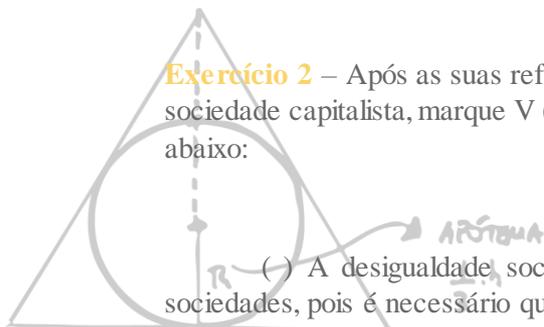
Teia de Aranha (1975)

(Composição: Kledir Ramil)

Passo pelos corredores
 Porque tenho de passar
 Paro em frente a uma porta
 Que me leva ao meu lugar
 Abro e vejo um telefone
 Um grito, um ronco de motor no chão uma cabeça
 O sangue e a televisão
 A arca de Noé e a porta da prisão
 A fumaça, o pesadelo e eu solto um palavrão
 No horário o escritório a bomba a ponto de explodir
 No céu um astronauta
 As portas da desilusão
 A lua de neon e um deus que já morreu
 Sou humano mas namoro um computador
 O progresso engoliu a nossa paz
 E a teia engoliu a própria aranha
 E é por isso que o coqueiro só dá coco,
 Só dá côco, só dá coco
 Essa liberdade enlatada
 Esse amor de borracha, escapou no outro lado
 Essa luz nos meus olhos
 Esse concreto armado, essa paz asfaltada
 São coisas com cheiro de coração
 E gosto de fel em brasa
 Pode ser que amanhã faça sol



Exercício 2 – Após as suas reflexões, considerando o que já estudamos sobre a sociedade capitalista, marque V (para verdadeiro) e F (para falso) nos enunciados abaixo:



A desigualdade social é uma questão natural, inerente a todas as sociedades, pois é necessário que cada um ocupe diferentes funções para que o sistema social funcione corretamente.

A desigualdade social é inerente à sociedade capitalista, que se baseia na apropriação da força de trabalho, na dominação de uma classe sobre a outra, na propriedade privada e em relações de exploração.

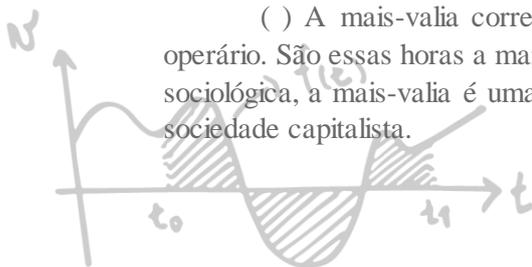
A revolução industrial transformou o modo de produção capitalista, reunindo o trabalhador no interior de uma fábrica sob baixos salários e longas jornadas de trabalho. Nesse processo, o trabalhador passa a servir a máquina, perdendo cada vez mais o conhecimento sobre as técnicas e as etapas da produção.

O liberalismo econômico se caracteriza pela total intervenção do Estado na economia. Esse Estado seria a “mão invisível” que ajudaria os mais pobres a superar suas condições de exploração.

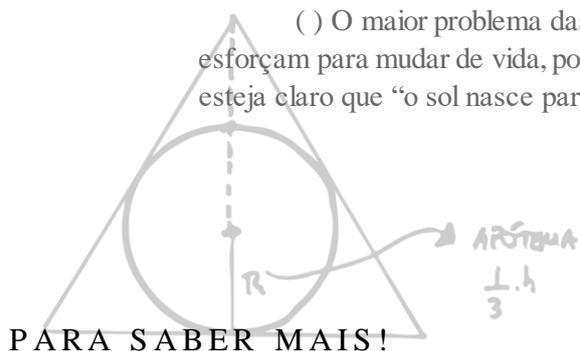
O Estado social caracteriza-se pela forte intervenção na economia e pela redistribuição de renda, pelo investimento em obras públicas e outras políticas sociais que teoricamente visem o bem-estar da população.

O Estado neoliberal é um retorno às propostas do liberalismo clássico, que defendiam o fim das desigualdades sociais.

A mais-valia corresponde às horas gratuitamente trabalhadas pelo operário. São essas horas a mais que fornecem o lucro ao capitalista. Na análise sociológica, a mais-valia é uma das chaves para compreender a exploração na sociedade capitalista.



() O maior problema das sociedades capitalistas é que as pessoas não se esforçam para mudar de vida, pois não querem trabalhar nem estudar, mesmo que esteja claro que “o sol nasce para todos”.



Respostas: F - V - V - F - V - F - V - F.

Filmes e documentários:

“Tempos modernos”, Charles Chaplin (1936).



O filme é interessante porque mostra as estratégias de controle do tempo, dos métodos e dos espaços impostos pelo Taylorismo.

“Nós que aqui estamos por vós esperamos”, Marcelo Masagão (1999).

Esse filme mostra imagens e memórias sobre o contexto histórico, econômico e cultural do século XX, incluindo seus episódios de guerras, de expansão industrial e de violências extremas.

“Eu, Daniel Blake”, Ken Loach (2016).

O filme é perfeito para analisarmos os efeitos das políticas neoliberais sobre a vida dos indivíduos. Também é interessante para entendermos como a precarização do trabalho se manifesta em nossas vidas.



REFERÊNCIAS



BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tim. **Aprendendo a pensar com sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

DINIZ, Ariosvaldo. **A maldição do trabalho**. João Pessoa: Manufatura, 2004.



GUARESCHI, Pedrinho. **Sociologia crítica: alternativas de mudança**. Porto Alegre: Mundo Jovem, 1989.

SEVCENKO, Nicolau. **O Renascimento**. São Paulo: Atual, 1988.

TOMAZI, Nelson. **Sociologia para o Ensino Médio**. 3ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2013.

VIANA, Nildo. **Introdução à Sociologia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

